

141  
Cout

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA 02/84

Em nove dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, realizou-se uma reunião ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pela Profa. Clinéa Campos Langlois, Vice-Reitora em exercício da Reitoria. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: Prof. Adolfo Amilcar Aranalde, Prof. Eduardo Allgayer Csório, Prof. Paulo Silveira Junior, Prof. Ruy Brasil Barbedo Antunes, Profa. Elide Minioni, Prof. Gilberto Azambuja Centeno, Prof. José Leomar Böhn, Prof. Rubens Bellora, Profa. Maria do Carmo Seus, Prof. Daniel de Souza Soares Rassier, Profa. Elisa Clélia Minioni, Prof. Léo Zilberknop, Prof. Mauro Gomes de Mattos, Profa. Consuelo de Azevedo Requião, Profa. Carmen Lucia M. Hernandorena, Prof. Ivo Gomes de Mattos, Prof. Sérgio Romeu V. da Cruz Lima, Profa. Gilce Marlene W. da Cunha, Prof. Carlos Rodrigues Peixoto, Prof. Renato L. Mello Varoto, Prof. Antonio Xavier Andrade, Profa. Emilia Nalva Ferreira, Prof. Jau Paulo Coulart, Prof. Paulo Afonso Rheingantz, Profa. Zilma H. Cavalcanti Millan, Prof. José Francisco G. Moreira, Prof. Isidoro Halpern, Prof. Ivan Soares Cervini, Prof. Helvio Debli Casalinho, Prof. Morenei Oliveira Chaves, Prof. Claudio Borba Gomes, Profa. Antonina Z. D'Avila Paixão, Dr. Darci Trilho Otero e os Acadêmicos Luiz Fernando Schmidt, Neomir Alcantara, Carlos Atilio Todeschini, Ângela Amaral e Clóvis Napp. Havendo número legal de Conselheiros, a Senhora Presidente deu por aberta a sessão. Antes de entrar na Ordem do Dia, a Senhora Presidente saudou os novos membros que a partir desta data começam a fazer parte do Conselho Universitário, a Conselheira Antonina Z. D'Avila Paixão, representante do COCEPE, o Conselheiro Darci Trilho Otero, representante comunitário e o Conselheiro Paulo Afonso Rheingantz, Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo, como informação aos Senhores Conselheiros, foi feita a indicação da acadêmica Luíza Schwambach indicada pelo Diretório Central de Estudantes para fazer parte da Comissão de Administração e Finanças. ORDEM DO DIA - 1. ATA DA SESSÃO ANTERIOR - Colocada em votação foi a mesma aprovada pela maioria, com as seguintes ressalvas: Conselheira Gilce Marlene W. da Cunha - fls. 07 linha 335, onde se lê setembro de 1972 deve ser lido setembro de 1982; Conselheira Elisa C. Minioni - fls. 05 linha 240, retificar a palavra projeto para projetos. 2. CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS NA UNIVERSIDADE - A seguir a Senhora Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Ruy Brasil Barbedo Antunes, para que o mesmo fizesse um relato dos novos cursos a serem criados na Universidade. Disse o relator que com relação a criação de novos cursos na Universidade, o COCEPE apreciou o projeto de criação de cinco novos cursos: Comunicação Visual, originário do Instituto de Letras e Artes, Curso de Filosofia, originário do Institu-

H  
W

142  
Out

046.to de Ciências Humanas, Curso de Análise Política, originário  
047.do Instituto de Sociologia e Política, Curso de Fisioterapia,  
048.originário da Faculdade de Medicina e finalmente um curso de  
049.Ciências com habilitações em Matemática e Física, originário  
050.do Instituto de Física e Matemática. Em todos estes projetos  
051.o COCEPE estabeleceu algumas ressalvas quanto a sua aprova-  
052.ção. Estas ressalvas se prendiam na maior parte dos casos a  
053.alguns ajustes que deveriam ser feitos, ou no aspecto curricu-  
054.lar, ou na estrutura do curso, como problemas de carga horária,  
055.ria, etc., e também a questão de envolver além da unidade ori-  
056.ginária, aquela que propõe o curso, também outras unidades da  
057.Universidade na administração global do curso. Por esta razão  
058.estão aqui, para serem submetidos ao Conselho Universitário  
059.dois projetos, posto que os outros três, por razões diferen-  
060.tes, não atenderam ainda as condições que o COCEPE estabele-  
061.ceu. O primeiro destes dois projetos a serem apresentados é o  
062.projeto do curso de Comunicação Visual, curso que se originou  
063.do Instituto de Letras e Artes, podendo dizer que de alguma  
064.forma foi motivado pela própria Pró-Reitoria Acadêmica e de  
065.Assistência no sentido de que nos parecia que o Instituto de  
066.Letras e Artes teria já condições e as mais completas para  
067.oferecer as disciplinas iniciais do curso, tendo já estrutura  
068.formada para este oferecimento. O Instituto de Letras e Artes  
069.montou um projeto e este projeto foi aprovado pelo COCEPE,  
070.apenas com alguma ressalva. O parecer que foi aprovado no  
071.COCEPE dizia o seguinte: A Comissão exara parecer favorável à  
072.criação do curso de Comunicação Visual que julga de relevante  
073.interesse para a região, mas condiciona o funcionamento efeti-  
074.vo do curso, além da decisão do Conselho Universitário, a: 1º  
075.- Manifestação das demais Unidades envolvidas no curso, e 2º  
076.- Decisão da Reitoria, quanto ao atendimento dos recursos ne-  
077.cessários ao funcionamento do curso. Dada esta decisão a  
078.Senhora Presidente do COCEPE encaminhou o assunto a Pró-Reito-  
079.ria Acadêmica e de Assistência para que esta providenciasse  
080.junto ao Instituto de Letras e Artes alguns esclarecimentos  
081.julgados fundamentais ao funcionamento do curso, bem como pro-  
082.videnciasse também junto ao Instituto de Letras e Artes a jun-  
083.tada de manifestação de outras unidades que estariam envolvi-  
084.das no curso. O Instituto de Letras e Artes cumpriu as dili-  
085.gências requeridas, juntando ao processo todas as ementas do  
086.curso, atendendo assim um dos requisitos do curso que não es-  
087.tava bem atendido e também juntado a manifestação do Institu-  
088.to de Sociologia e Política no sentido de que este Instituto  
089.teria condições de oferecer uma das disciplinas para este cur-  
090.so, ou seja, a disciplina de Sociologia Geral e de Comunica-  
091.ção. Foi também juntada ao processo a manifestação do Diretor  
092.da Escola Superior de Educação Física, no sentido de que esta  
093.Unidade teria plenas condições de oferecer a disciplina de  
094.Prática Desportiva para o curso. A manifestação do Instituto  
095.de Ciências Humanas, também fez a juntada ao processo, no sen-  
096.tido de que esta unidade teria as condições de oferecer as  
097.disciplinas de Psicologia Geral de Comunicação e Elementos de  
098.Administração e Mercadologia, além de EPB I e II. Atendidas  
099.todas as diligências e esclarecida pelo Instituto de Letras e  
100.Artes a questão dos recursos materiais, no sentido de que

AS

W

101. estes recursos poderiam ser obtidos através de convênio que  
102. a Universidade possa vir a estabelecer e afirmar com outras  
103. entidades e também com a possibilidade de que este curso venha  
104. a receber determinadas dotações de órgãos específicos da  
105. área, crê que o curso se encontre em condições de ser aprova-  
106. do pelo Conselho Universitário. O relator do projeto solici-  
107. tou que a Conselheira Carmen Lúcia M. Hernandorena relatasse  
108. a estrutura curricular do curso para que os Conselheiros pu-  
109. dessem ter mais subsídios para aprovarem o mesmo. A Senhora  
110. Presidente concedeu a palavra à Conselheira Carmen Lúcia M.  
111. Hernandorena que disse primeiramente que é com imensa satisfa-  
112. ção o fato de ter a possibilidade renovada de apresentar nes-  
113. te Conselho mais um curso de Graduação. Este Conselho já ou-  
114. viu a posição do Instituto de Letras e Artes quanto a criação  
115. de novos cursos na reunião do dia 10 de outubro do ano passa-  
116. do quando defendemos a possibilidade de funcionamento imedia-  
117. to do curso de Letras no Instituto de Letras e Artes. Nosso  
118. Instituto, com o apoio da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assis-  
119. tência estava vislumbrando a possibilidade de trilhar novos  
120. caminhos e um de imediato se estabeleceu, que foi o caminho  
121. da área de Comunicação Visual. Como os Conselheiros devem ter  
122. conhecimento, é uma área nova, o que também justifica de ime-  
123. diato a criação deste curso. Quando defendemos o Curso de Le-  
124. tras, dissemos que só haviam três cursos em todo o distrito  
125. geo-educacional 36 e tivemos a oportunidade de dizer que em  
126. toda a região sul só existem dois cursos de Comunicação Vi-  
127. sual: um no Paraná e outro no Rio Grande do Sul, oferecido pe-  
128. la Universidade Federal de Santa Maria. Este curso da Univer-  
129. sidade Federal de Santa Maria é um curso novo, formou uma tur-  
130. ma somente, cujos integrantes estão todos absorvidos pelo mer-  
131. cado de trabalho. Este dado é extremamente importante porque,  
132. quando se propõe um novo curso, dois aspectos são fundamen-  
133. tais - primeiro o da necessidade social e segundo o da garan-  
134. tia da qualidade de ensino -. Quanto a necessidade social des-  
135. de logo se verifica a implicação que se tem, de atender a um  
136. determinado mercado de trabalho. Quanto a este aspecto fica  
137. realmente dispensável fazer maiores considerações porque, ten-  
138. do em vista o número reduzido de cursos nesta área, é um mer-  
139. cado extremamente novo que ainda não conta com profissionais  
140. gabaritados e um mercado que só tem tendência a se alargar,  
141. uma vez que está dentro da área das comunicações. As comunica-  
142. ções de maneira geral o que vislumbram é uma tendência muito  
143. grande ao alargamento e principalmente o plano da comunicação  
144. visual que é uma linguagem que realmente está tomando conta  
145. do mundo de hoje. Quanto ao aspecto da qualidade de ensino, o  
146. próprio Instituto de Letras e Artes já tem uma vida de 13  
147. anos que pode provar a possibilidade que se tem de manter  
148. mais um curso de forma exitosa nessa área. A nossa cidade tem  
149. até uma tradição no ensino das artes, uma tradição que é ante-  
150. rior a própria Universidade porque vem da antiga Escola de Be-  
151. las Artes e por esta tradição e pela manutenção do ensino que  
152. se tem tentado em constante aperfeiçoamento no Instituto, tam-  
153. bém nós pudemos responder pela qualidade que este curso certā-  
154. mente terá. Como é uma área extremamente nova talvez seja in-  
155. teressante dizer aos Senhores Conselheiros, que o curso de

H

W

143  
coll

144  
Del

156. Comunicação Visual forma Bacharéis em Comunicação Visual e es-  
157. te curso tem três terminalidades, sendo uma quarta como optati-  
158. va. As três terminalidades são: na área de fotografia, na área  
159. de planejamento gráfico e na área de programação visual. Tanto  
160. numa como noutra a área de mercado também é muito vasta. Na  
161. área de fotografia há toda uma possibilidade no aspecto jorna-  
162. lístico e no aspecto científico inclusive, a fotografia cientí-  
163. fica, a fotografia de estúdio, e toda uma área que não é inclu-  
164. sive difundida técnica e profissionalmente na nossa cidade a  
165. nível Universitário. No planejamento gráfico da mesma maneira,  
166. inclusive há o trabalho em todas as agências de propaganda que  
167. estão sendo atualmente atendidas por pessoas não profissionais  
168. nesta área. A programação visual acontece da mesma forma. O  
169. Curso oferece ainda uma quarta habilitação na área de encader-  
170. nação que não tem um funcionamento em toda a região sul. Final-  
171. mente a Conselheira Carmen Lúcia M. Hernandorena disse que gos-  
172. taria de finalizar este seu relato dizendo que realmente o Ins-  
173. tituto de Letras e Artes tem condições de arcar com mais esta  
174. grande e importante responsabilidade, não só para o Instituto,  
175. como também para toda a Universidade. A seguir a Senhora Presi-  
176. dente concedeu a palavra ao Conselheiro Paulo Afonso Rhein-  
177. gantz que disse que gostaria de receber um esclarecimento, no  
178. tocante a parte de programação visual, sabe que ela tem bastan-  
179. te vinculação com a área de arquitetura e mesmo não conhecendo  
180. o projeto acredita que haveria interesse por parte do curso de  
181. arquitetura de participar deste projeto, pergunta se houve al-  
182. gum contato com a gestão anterior, se o curso terá alguma for-  
183. ma de participação, ou se ainda há a possibilidade para isso?  
184. A Conselheira Carmen Lúcia M. Hernandorena disse que o Institu-  
185. to de Letras e Artes conta com professores com formação em  
186. arquitetura e foi dispensável o contato com o curso de Arquite-  
187. tura porque este contato se tem dentro do próprio Instituto. T  
188. Há cinco professores dentro do Departamento de Artes Visuais  
189. que tem a formação também de arquitetura, inclusive no próprio  
190. curso, numa reunião que houve neste Departamento, foi mais uma  
191. vez ressaltada a importância da participação de arquitetos nes-  
192. te curso, só que no momento, como o próprio departamento conta  
193. também com estes arquitetos, de imediato nós não necessitamos  
194. de uma colaboração mais direta dos professores de arquitetura  
195. da Universidade que não estão mais vinculados ao Instituto de  
196. Letras e Artes. Foi concedida a seguir a palavra ao Conselhei-  
197. ro Jau Paulo Goulart que queria saber informações sobre o cor-  
198. po docente para este curso e se o Instituto de Letras e Artes  
199. conta com corpo docente para atender o curso em toda sua pleni-  
200. tude? A Conselheira Carmen Lúcia M. Hernandorena usando da pa-  
201. lavra disse que o Instituto de Letras e Artes já conta com um  
202. significativo corpo docente, inclusive no Departamento de Ar-  
203. tes Visuais, no qual vai ficar lotada a totalidade das disci-  
204. plinas deste curso, dizendo ainda que este departamento conta  
205. com vinte e três professores, todos concursados e com forma-  
206. ção específica na área de artes plásticas e inclusive com uma  
207. larga experiência de magistério. Conta ainda o Instituto de Le-  
208. tras e Artes com quatro vagas e pretende-se solicitar que es-  
209. tas quatro vagas sejam preenchidas para atenderem ao novo cur-  
210. so, porque, sem dúvida nenhuma, este curso tem em seu ciclo

A

W

145  
Gul

211. profissional disciplinas extremamente específicas, que os atu-  
212. ais professores não atenderiam. Realmente o Instituto de Le-  
213. tras e Artes necessita da contratação de novos docentes, inclu-  
214. sive entramos também com a possibilidade de que com quatro va-  
215. gas que ocorreram no Instituto de Letras e Artes retornem não  
216. para as áreas específicas de onde elas partiram, mas para este  
217. novo curso. Concedida a palavra ao Conselheiro Jau Paulo Gou-  
218. lart, este arguiu a Conselheira Carmen Lúcia M. Hernandorena a  
219. respeito de duas questões: a primeira é a referente a contrata-  
220. ção de professores, como irá se proceder no tocante a esta con-  
221. tratação, pois existe em vigor um Decreto que proíbe qualquer  
222. contratação. A segunda questão se refere se o Instituto de Le-  
223. tras e Artes prevê a saída de seus professores para treinamen-  
224. to, visando aperfeiçoamento para este Curso. A Conselheira  
225. Carmen Lúcia M. Hernandorena disse que o Instituto de Letras e  
226. Artes pretende contratar mais professores além destes quatros,  
227. mas também se sabe que há possibilidade de aumento de carga ho-  
228. rária dos professores em atuação no Instituto de Letras e Ar-  
229. tes. Entre a contratação de mais professores e o aumento da  
230. carga horária dos professores já existentes, poderão suprir,  
231. são duas hipóteses, as necessidades do curso, além do fato de  
232. que este Decreto que proíbe as contratações, é um Decreto que  
233. ainda está em vigência e que se sabe deverá haver uma série de  
234. modificações, a tendência é haver no país neste ou no outro  
235. ano, a contratação. A contratação só seria necessária nos últi-  
236. mos anos do curso, achando a Conselheira extremamente perigoso  
237. perdermos a oportunidade de criação de um curso que afirmamos  
238. termos condições plenas de atender, pelo fato de que agora não  
239. poderemos contratar mais dois professores. Realmente há possibi-  
240. lidade de mudanças e mudanças bem grandes daqui a três anos. O  
241. fato do curso, por exemplo, pedir seis professores, atualmente  
242. temos quatro vagas, se estes dois professores pudessem ser con-  
243. tratados nos últimos anos do cursos, é uma hipótese um tanto  
244. remota para nos impedir o funcionamento do curso, que apresen-  
245. ta todas as outras condições, havendo além disso a possibilida-  
246. de de carga horária de professores que atualmente tem no Insti-  
247. tuto vinte horas-aula. O trabalho do Instituto de Letras e Ar-  
248. tes é muito vasto na área de extensão, não querendo se termi-  
249. nar com este trabalho, mas que pode-se diminuir o trabalho de  
250. extensão em um determinado momento, para atender a área pri-  
251. mordial que é a de ensino. Quanto a saída de professores para  
252. aperfeiçoamento, sem dúvida nenhuma há este interesse e isto  
253. vai ser feito como ditam as normas da Universidade, de acordo  
254. com as possibilidades do Departamento e do próprio Instituto.  
255. Solicitando a palavra, a Conselheira Consuelo de Azevedo Re-  
256. quião disse que não pretende na sua observação analisar o méri-  
257. to deste curso e dos demais cursos que estão sendo propostos.  
258. Parece que é do conhecimento de todos a miséria que está se vi-  
259. vendo, não só na Universidade como também de um modo geral. As  
260. dificuldades que nós encontramos atualmente com relação aos  
261. recursos são enormes. Acredita que todas as unidades da Univer-  
262. sidade se ressentem disto. Disse ainda a Conselheira que está  
263. se ouvindo agora falar em contratação de pessoal docente, não  
264. sabendo afirmar o que está acontecendo com relação a outras  
265. unidades, nem com relação a Faculdade de Educação. Há muito

X

Wm

266. tempo foi pedido abertura de vaga para esta Faculdade e isto'  
267. tem sido negado. Com relação ao acervo bibliográfico, pode di'  
268. zer que tanto a Faculdade como a Universidade são pobres nes-'  
269. te sentido. Se pensarmos por exemplo em relação aos prédios,'  
270. temos prédios alugados, achando que seria mais importante se  
271. estudarmos o espaço físico, citando a Escola Superior de Edu-  
272. cação Física que faz o seu trabalho a partir de vários locais  
273. da comunidade. Questiona a Conselheira se não seria interes-'  
274. sante se pensar em um local apropriado para isto. Se é o mo-'  
275. mento adequado para se criar novos cursos? Há existência de  
276. falta de recursos? Acha que os Conselheiros devem refletir so-  
277. bre o assunto. O Conselheiro Neomir Alcantara usando da pala-  
278. vra, disse primeiramente que para julgar a criação de novos '  
279. cursos, deve-se ter em mãos subsídios suficientes para se fa-  
280. zer uma análise, para se ver a viabilidade de aprovar ou não '  
281. a criação destes cursos. Disse ainda que em princípio não  
282. basta o parecer do COCEPE, que talvez em sua análise tenha ti-  
283. do a documentação necessária para fazer um estudo e que o mes-  
284. mo tem informações referentes ao estudo do COCEPE através dos  
285. representantes discentes. Acha indispensável para qualquer '  
286. Conselheiro que pretende fazer uma análise e estudo sobre es-  
287. te assunto, tenha no mínimo, conhecimento deste projeto para '  
288. posteriormente se posicionar a respeito. Outra constatação '  
289. que queria fazer é aquela referente a criação do curso de Co-  
290. municação Visual. Entre as argumentações apresentadas pela '  
291. Conselheira Carmen Lúcia M. Hernandorena, ficou demonstrado '  
292. pelo quadro atual, a necessidade social desse curso e para '  
293. chegar a esta conclusão a Conselheira partiu do pressuposto '  
294. de que só havia dois cursos na região sul, sendo que da turma  
295. formada pela Universidade Federal de Santa Maria, já estavam '  
296. todos empregados, por ser um campo novo e ter a disponibili-  
297. de de mercado e, segundo a avaliação de todo o emprego de uma  
298. turma, já seria um pressuposto necessário e suficiente para '  
299. constatar a necessidade social deste curso, sendo isto muito '  
300. discutível, achando que não é deste modo que se faz uma anál-  
301. se referente a necessidade social deste curso. Não basta par-  
302. tir do pressuposto que devido ao campo de necessidade, do '  
303. avanço e da tecnologia, etc..., se criar um campo de necessi-  
304. dade social, que também é discutível. Outra argumentação da  
305. Conselheira seria aquela referente a tradição das artes da  
306. Universidade Federal de Pelotas, que já teria pelos três anos  
307. de atividade, um assentamento para a criação deste curso, que '  
308. também acha que seria discutível. No tocante a questão do pes-  
309. soal, há uma dificuldade na contratação de novos professores '  
310. na Universidade. Esta proibição é dada através de uma lei fe-  
311. deral. Se partirmos do pressuposto de começar um curso em ci-  
312. ma do material humano que temos e garantir que o término se '  
313. dê com a contratação de novos professores, é muito perigoso, '  
314. porque não se sabe que rumo vai tomar o país para se poder '  
315. prever que o governo vai ter verbas para a contratação de no-  
316. vos professores. Além de tudo isto, existe o problema da ques-  
317. tão orçamentária, sabendo-se que a Universidade toma cerca '  
318. de noventa e cinco por cento do orçamento em torno do pesso-'  
319. al. No que se refere aos convênios deve-se garantir os mesmos  
320. previamente para garantir a questão do orçamento e que as do-

*ff*

*Wth*

14  
COCEPE

144  
20/11

321.tações orçamentárias que vem além dos convênios, deve-se sa  
322.ber quantas são e em quanto remontam, isto para ver se é sū  
323.ficiente para que este curso tenha a estrutura necessária T  
324.para funcionamento. Outro pressuposto abordado pelo Conse-  
325.lheiro se refere aquele de que na Universidade existem pro-  
326.fessores ociosos. Todas as questões colocadas são no senti-  
327.do de que para se aprovar o funcionamento de um determinado  
328.curso, deve-se ter um planejamento efetivo, os Conselheiros  
329.devem ter conhecimento do mesmo para poderem ter um posicio  
330.namento e não aprovar o funcionamento de um curso em cima  
331.de um parecer. Deve-se ter em mãos os dados necessários, a  
332.previsão, a finalidade, a estrutura deste novo curso, para  
333.posteriormente haver um posicionamento a respeito. A Senho-  
334.ra Presidente disse que queria fazer um esclarecimento, di-  
335.zendo que a urgência de criar este curso se prende ao fato  
336.do Plano de Desenvolvimento da Universidade, e que um dos  
337.itens deste plano pressupõe o aumento de vagas na Universi-  
338.dade. Esclareceu ainda a Senhora Presidente sobre a composi  
339.ção do COCEPE e que este possui comissões, citando a Comis-  
340.são de Graduação, que fez um estudo detalhado sobre o assun  
341.to, caso contrário levaria muito tempo para que todos os  
342.componentes do COCEPE estudassem o assunto e, posteriormen-  
343.te, os Conselheiros do Conselho Universitário também tives-  
344.sem a oportunidade de estudar o funcionamento do curso. O  
345.Conselheiro Ruy Brasil Barbedo Antunes inicialmente se con-  
346.gratula com as considerações do Conselheiro Neomir Alcanta-  
347.ra, dizendo que as suas considerações são de muito profundi  
348.dade e muito maduras, achando que o Conselho se enrique-  
349.ce na medida que recebe contribuições deste peso. Disse, en  
350.tretanto, o Conselheiro, que não concorda integralmente com  
351.o que foi dito. Não há nenhuma previsão de inclusão deste  
352.curso ou do de Filosofia no concurso do vestibular, há é  
353.uma previsão informal. A idéia é de aprovar os dois cursos  
354.nesta sessão e se aprovados hoje, poderão ser incluídos no  
355.concurso vestibular. Comentou que o curso de Letras será  
356.oferecido no vestibular de inverno. Disse o Conselheiro que  
357.não concordava com grande parte da análise feita e realmen-  
358.te não concorda porque entende que a Universidade não pode  
359.se estagnar, tem por inerência a sua própria função e dinâ-  
360.mica, a Universidade tende a se expandir, isto é próprio de  
361.la. A Universidade é por essência algo criativo e aquilo T  
362.que é criativo, não para no tempo, se desenvolve, busca no-  
363.vos caminhos procurando buscar objetivos e metas e no campo  
364.da área acadêmica busca criar novos cursos. Entende que a  
365.Universidade tenha uma destinação social e que esta destina  
366.ção social no campo acadêmico é o de oferecer a comunidade T  
367.que a envolve, novas oportunidades no campo profissional.  
368.Entende o Conselheiro que esta expansão de vagas, poderia  
369.ser feita a custa dos cursos já existentes, mas crê que a  
370.possibilidade de expansão nesta área, é uma possibilidade  
371.que já se esgotou, a não ser alterando radicalmente condi-  
372.ções já existentes. Outra forma de expandir é criar novos cursos e  
373.criar estes cursos novos parece mais interessante do que  
374.expandir as vagas sobre os cursos já existentes, porque nós  
375.oferecemos novas opções, nós acompanhamos mais o ritmo ge-  
376.ral da vida que é este o grande objetivo da Universidade. '

H

wh

148  
C. 148

Ela para viver não vive isolada, não vive sozinha, ela acompanha aquilo que a sociedade enfim exige, cobra da própria Universidade. A situação do Curso de Comunicação Visual é perfeita dentro deste quadro. É um curso em que há demanda, existindo só dois na região sul e o critério da demanda parece bastante importante quando nos configuramos com um quadro de necessidade social. O Conselheiro ainda se referiu as áreas ociosas em artes, dizendo que não existe esta ociosidade, mas sim que existem profissionais, professores disponíveis para atender cursos como este, desde que deixem de atender outra atividade da própria Universidade. Finalmente, o Conselheiro disse que o programa do curso foi exaustivamente estudado pelo Instituto de Letras e Artes, que fez um trabalho sério e consciente e que teve no seu campo de perquirições uma série de fatores que não apenas o fator acadêmico. O COCEPE fez passar por uma Comissão que estudou com grande profundidade e o próprio COCEPE estudou este assunto durante um bom tempo, em uma reunião que foi convocada para tal fim. A Conselheira Carmen Lúcia M. Hernandorena disse que depois da análise do Conselheiro Ruy Brasil Barbedo Antunes que vem de encontro as suas idéias, gostaria de retificar e intensificar algumas posições apresentadas. A primeira se refere a possibilidade que foi apresentada, da ociosidade dos professores do Instituto de Letras e Artes, dizendo que não há, dizendo ainda que quem lê os boletins mensais da Pró-Reitoria de Extensão pode verificar isto, o mesmo acontecendo com aqueles que lêem o Diário Popular. O I L A está constantemente apresentando um rico trabalho de extensão, porque são três as missões fundamentais dos professores da Universidade, são elas o ensino, a pesquisa e a extensão, sempre dando prioridade ao ensino. No momento em que se criar um curso novo, nada proíbe que se diminua o trabalho da extensão para se intensificar o trabalho de um curso. Não há ociosidade e o trabalho que lá se faz é extremamente sério e é baseado nesta seriedade que se vem a luta, no sentido de buscar a criação de um curso novo. O tocante a parte orçamentária neste curso, é referente a aquisição de material. Disse ainda que muitas são as Instituições que tem como objetivo básico, o de financiar o ensino das Universidades brasileiras. Será que sempre se busca o apoio destas entidades? O Instituto de Letras e Artes sempre precisou buscar este apoio porque é uma área que não é prioritária, inclusive isto não vem em descrédito de ninguém, nada em especial a Universidade de isto é uma situação que ocorre no país inteiro e até fora do país. O Instituto de Letras e Artes tem conseguido muita coisa através de convênios, tendo o Instituto já uma estrutura para fazer funcionar este curso novo. Possui o Instituto de Letras e Artes um atelier de gravura montado através de convênio, laboratório de fotografia, também montado através de convênio, possui também o Instituto experiência larga em adquirir material e recursos de material de maneira geral através de convênios. Além disto se pode abrir a possibilidade de convênios com instituições na cidade, a Escola Técnica Federal de Pelotas apresenta material excelente de TV, podendo a Universidade trabalhar junto. Deve-se ressaltar que o ciclo básico deste curso é praticamente idêntico ao ciclo básico dos cursos de artes já em funcionamento. Muitas disciplinas podem ser dadas, inclusive em uma

H

W



149  
Cout

432. mesma turma por um único docente, o que não implica em au-  
433. mento de despesa. O aspecto orçamentário de aquisição de '  
434. material realmente não é dos mais sérios, dizendo até que  
435. o Instituto está acostumado a buscar recursos e nós mante  
436. remos esta posição, que é buscar recursos para o funciona-  
437. mento do curso. Quanto ao aspecto docente já foi dito que  
438. os docentes existentes podem sair de outras atividades im-  
439. portantes da Universidade, mas não prioritárias diante do  
440. ensino, para arcar com esta nova responsabilidade. O Conse  
441. lheiro Ivan Soares Gervini perguntou a Senhora Presidente,  
442. quantos pedidos de professores existem na Comissão Perma-  
443. nente de Pessoal Docente parados, onde são solicitados a  
444. alteração de carga horária e regime de trabalho, e que lá  
445. estão estagnados por insuficiência de recursos? A Senhora  
446. Presidente respondeu que mais ou menos é de vinte solicita-  
447. ções. Disse o Conselheiro Ivan Soares Gervini que a sua  
448. preocupação é que, além destes pedidos parados por falta '  
449. de recursos, existe a situação que não é possível criar um  
450. novo curso em que se pede a contratação de professores e  
451. alteração de carga horária. A conclusão do Conselheiro é  
452. que daqui a dois ou três anos seja dada preferência a alte  
453. ração de carga desses professores que ingressarem, em de-  
454. trimento dos professores que estão esperando há mais de um  
455. ano a mudança de regime. O Conselheiro Neomir Alcantara '  
456. disse que não se coloca em dúvida o trabalho da Comissão,  
457. achando até que esta Comissão deve ter feito um bom estudo  
458. no COCEPE. Acha que a tramitação para a criação de um cur-  
459. so não deve ser feita desta forma, em que os Conselheiros '  
460. tomam conhecimento através de um parecer. Em seu entender '  
461. deve ser dado aos Conselheiros subsídios suficientes para '  
462. que os mesmos se posicionem a respeito do estudo que fize-  
463. rem estas Comissões. Não deve se transformar, segundo o '  
464. seu entender, o Conselho Universitário, um órgão decisó- '  
465. rio, em simplesmente um órgão de averiguações e de adendos  
466. em cima de pronunciamentos que a Comissão fez. Acha que o  
467. COCEPE deve mudar sua sistemática, ou seja, a Comissão deve estu-  
468. dar o processo, mas em compensação deve dar aos Conselhei-  
469. ros os documentos essenciais para que este órgão tenha con-  
470. dições de se posicionar. O Conselheiro Ruy Brasil Barbedo '  
471. Antunes em sua explanação colocou sua visão em relação a  
472. Universidade. Acha que este Conselho tem que cumprir o seu  
473. papel, pois é através daí que vamos chegar a conclusão de  
474. qual é a finalidade da Universidade e qual é a finalidade '  
475. que cumpre a criação destes cursos dentro da Universidade.  
476. Concorda com o Conselheiro Ruy Brasil Barbedo Antunes que '  
477. a Universidade tem que cumprir essencialmente uma função '  
478. social e historicamente cumprir, sem entrar no mérito a  
479. quem ela cumpriu, não podendo estagnar. No tocante a cria-  
480. ção do novo curso fez uma ampla explanação referente a de-  
481. manda, fim social, pessoal e remanejamento de professores.  
482. Finalizando, o Conselheiro colocou como proposta, o pedido  
483. de vistas ao processo, para que o mesmo possa ser analisa-  
484. do mais detalhadamente. O Conselheiro Ruy Brasil Barbedo -  
485. Antunes disse que a inclusão de novos cursos no vestibular '  
486. de julho, assim como também aqueles cursos que não estão '

H

W

113  
out

487. sendo objeto de discussão nesta reunião, esta questão esta  
488. va realmente sendo programada. Disse ainda que este vestibular  
489. de julho será unicamente para atender o curso de Letras,  
490. que já ficou decidido. A idéia é de tentar oferecer  
491. neste vestibular outros cursos além dos cursos de Letras,  
492. e se aprovados hoje, poderiam ser oferecidos. Esta idéia  
493. não tramitou formalmente porque depende da aprovação do  
494. Conselho Universitário. Acha entretanto, que este não é o  
495. aspecto relevante da questão. Acha que o Conselheiro Neo-  
496. mir Alcantara colocou assuntos de extrema importância nes-  
497. se Conselho, achando até que quando o Conselheiro diz que  
498. este processo foi aprovado pelo COCEPE mediante um parecer  
499. da Comissão, acha que o COCEPE aprovou a criação do curso  
500. sem um exame mais minucioso, de todos os seus detalhamen-  
501. tos, concordando com a análise do Conselheiro. Disse, en-  
502. tretanto, o Conselheiro, que isto é normal. Todos os assun-  
503. tos encaminhados a um órgão colegiado passa por uma Comis-  
504. são que exara um parecer, e este órgão colegiado se louva  
505. do parecer para aprovação final ou rejeição. Acha o Conse-  
506. lheiro que esta não é a melhor mecânica, mas ela ocorre  
507. assim pela evidente impossibilidade de que todos os integran-  
508. tes de um órgão coletivo, possam a um só tempo analisar  
509. com profundidade todas as questões. Disse ainda que isto é  
510. a mesma questão da chamada democracia - representativa. É  
511. evidente que as pessoas todas não possam participar das  
512. decisões gerais, com isto elegendo pessoas que as represen-  
513. tem. É uma delegação. Outro tema importante abordado pelo  
514. Conselheiro, foi a participação efetiva da Universidade  
515. nas decisões mais gerais da mesma. Esses processos que  
516. aqui aparecem não correspondem a participação mais efetiva  
517. da comunidade universitária das decisões que a Universida-  
518. de tem tomado, seria mais conveniente que a comunidade uni-  
519. versitária tivesse uma participação mais ampla nos desti-  
520. nos da própria Universidade. Disse ainda que nem sempre o  
521. que é mais conveniente é o possível, por toda a dinâmica  
522. do funcionamento das coisas em geral. Temos que medir o es-  
523. paço existente entre a conveniência e o possível, e saber  
524. se estamos muito longe ou muito perto de um destes polos.  
525. Outro assunto a que o Conselheiro se referiu é aquele que  
526. diz respeito a função social da Universidade. Uma das fun-  
527. ções da Universidade é realmente atender, propiciar a comu-  
528. nidade em que está envolvida, novas opções profissionais.  
529. Disse ainda que inexistem determinados parâmetros para es-  
530. tabelecer aquilo que possamos chamar de função social da  
531. Universidade. É certo que atender um curso ou criar um cur-  
532. so na Universidade pelo simples fato de que a demanda a es-  
533. se curso é alta, é uma afirmativa concludente, achando que  
534. é importante na função social da Universidade oferecer a  
535. comunidade determinados serviços, oportunidades etc., sa-  
536. bendo, entretanto, para quem serve e para que serve. Conce-  
537. dida a palavra ao Conselheiro Carlos Rodrigues Peixoto que  
538. disse que a criação de cursos na Universidade é um fato  
539. muito importante na vida da mesma. Acha que o assunto está  
540. mal encaminhado, dizendo que na convocação deveria ser ex-  
541. plícito que iria se apreciar este curso. Reconhece que é  
muito difícil tramitar todo o material ou fazer sua dupli-

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

151  
Jul

542.ção para todos os Conselheiros. Disse ainda que existe uma  
543.forma normal e que está prevista no regimento, ou seja, o  
544.Reitor designaria uma Comissão do Conselho Universitário pa  
545.ra estudar com mais profundidade o assunto em pauta. Disse  
546.que a aprovação do curso não poderia passar pelo Conselho  
547.Universitário sem que este tenha formado uma Comissão pré-  
548.via para exame, sugerindo que faça parte desta Comissão um  
549.membro interessado na criação deste curso. No tocante as  
550.vistas ao processo, sugere que o mesmo fique na Secretaria  
551.dos Conselhos Superiores à disposição dos Conselheiros. O  
552.Conselheiro Paulo Afonso Rheingantz disse que se a proposta  
553.do Conselheiro for aprovada perderia o mérito, mas como não  
554.está aprovada, também solicita vistas ao processo. O Conse-  
555.lheiro Eduardo Allgayer Osório disse que ia se manifestar  
556.contrário ao pedido do Conselheiro Neomir Alcantara - de  
557.vistas ao processo - pelo que parece pelas manifestações  
558.contrárias ao que é exposto, referente a este processo e  
559.tendo em vista o reduzido número de pessoas que se manifes-  
560.taram que não seriam favoráveis a aprovação deste curso, pa  
561.recendo que a grande maioria seria favorável a criação do  
562.curso, disse que o pedido de vistas ao processo não altera-  
563.rá muito a situação porque, vai ter como resultado, que um  
564.Conselheiro vai ter maior conhecimento do processo. O Conse-  
565.lho como um todo vai ficar muito pouco instruído para poder  
566.opinar a respeito. Embora não conhecendo o problema de pra-  
567.zo, poderá haver um prejuízo, através de uma série de ações  
568.que se pretende fazer e dado este fato, é contrário a vis-  
569.tas do processo. Concedida a palavra a Conselheira Consuelo  
570.de Azevedo Requião, esta disse que queria fazer um esclare-  
571.cimento, com relação ao curso de Filosofia, que ainda não  
572.foi discutido e outros cursos que incluem a formação pedagó-  
573.gica. A formação pedagógica é de competência da Faculdade  
574.de Educação e isto é previsto por legislação do Ministério  
575.da Educação e Cultura e inclusive por determinação da pró-  
576.pria Universidade Federal de Pelotas. Outro dado que quer  
577.se referir é que realmente no momento a Faculdade de Educa-  
578.ção não dispõe de professores para poderem lecionar estas  
579.disciplinas pedagógicas. Disse ainda que esta formação peda-  
580.gógica corresponde a um oitavo da carga horária total do  
581.curso, sendo isto também previsto em resolução do Conselho  
582.Federal de Educação. O Conselheiro Ruy Brasil Barbedo Antu-  
583.nes disse que a idéia de que estes cursos fossem aprovados  
584.nesta reunião, tanto o curso de Comunicação Visual e de Fi-  
585.losofia, que ainda não entrou em debate, se estribava na  
586.questão de que o vestibular oferecido em julho deste ano pu-  
587.desse também contemplar na sua lista de ofertas, tais cur-  
588.sos. O prazo de hoje é fatal, desde que nesta reunião não  
589.se aprove estes cursos, não havendo a menor possibilidade  
590.destes cursos serem oferecidos no concurso vestibular que  
591.se inicia no dia oito de julho do corrente ano. Particular-  
592.mente lhe parece que se teria um vestibular muito enriqueci-  
593.do, se este vestibular contivesse a oferta de mais estes  
594.dois cursos, além do curso de Letras. Disse também que não  
595.se poderia furtar, apesar de todos estes interesses em jogo  
596.em relação a este vestibular, de entender que realmente jui

A

W

152  
Cout

597.ga indispensável o acesso ao processo dos Conselheiros. E  
598.ã medida mais relevante, ou seja, as decisões tomadas  
599.por um Conselho, sejam decisões absolutamente conscien-  
600.tes. Acha que em função deste interesse, que é um interes-  
601.se fundamental para que realmente este Conselho possa cum-  
602.prir efetivamente as atribuições que lhe são conferidas,  
603.entende que colocada as questões nestes termos elas são  
604.procedentes, ainda que venham em desfavor de uma idéia  
605.que, particularmente, seria muito fascinante em oferecer  
606.mais cursos neste vestibular. É de opinião finalmente que  
607.se dê vistas ao processo, ou então, como sugere o Conse-  
608.lheiro Carlos Rodrigues Peixoto, formar uma Comissão, ou  
609.então deixar em aberto o processo para que os Conselhei-  
610.ros pudessem consultá-lo. Sua manifestação é pessoal. O  
611.Conselheiro Paulo Silveira Junior propôs que se faça uma  
612.Comissão do Conselho Universitário para estudo, no prazo  
613.de trinta dias e que todos os Conselheiros recebam os do-  
614.cumentos necessários para estudo, tal como foi feito no  
615.curso de Letras antes analisado. A Senhora Presidente dis-  
616.se que só se pode pensar em aprovar outras proposições se  
617.o Conselheiro Neomir Alcantara retirar o seu pedido de  
618.vistas ao processo. O Conselheiro Neomir Alcantara disse  
619.que pediu vistas ao processo, para que o mesmo não caia  
620.em votação, pois o acesso ao documento ele se dá por obri-  
621.gatoriedade a qualquer um ou qualquer pessoa, porque é um  
622.documento público, dizendo ainda que se a Universidade  
623.não ceder, pode através de tramitação legal exigir. Disse  
624.ainda que vistas ao processo é uma coisa e formar Comis-  
625.sões é outra e que se formara a posterior da votação de  
626.vistas. Disse o Conselheiro que depois de votado o pedido  
627.de vistas ele apóia a proposta do Conselheiro Paulo Sil-  
628.veira Junior, ou seja, que se faça uma Comissão para estu-  
629.do. A seguir a Senhora Presidente colocou em votação o pe-  
630.dido de vistas ao processo, solicitado pelo Conselheiro  
631.Neomir Alcantara, sendo aprovado pela maioria com apenas  
632.um voto contra. Disse a Senhora Presidente que o Conse-  
633.lheiro Neomir Alcantara terá cinco dias de vistas ao pro-  
634.cesso, conforme prevê o Regimento, e posteriormente o Con-  
635.selheiro Paulo Afonso Rheingantz também terá vistas ao  
636.processo pelo mesmo prazo estipulado pelo Regimento. A  
637.Senhora Presidente disse que a seguir passaria a se exami-  
638.nar o segundo curso, ou seja, o Curso de Filosofia. O  
639.Conselheiro Ruy Brasil Barbedo Antunes disse que crê  
640.que, com relação ao curso de filosofia, supõe que vai se  
641.seguir a mesma sistemática do anterior, não sabendo se al-  
642.guém irá pedir vistas ao processo. O Conselheiro Neomir  
643.Alcantara disse que também fará solicitação neste sentido, pe-  
644.dindo vistas ao processo, achando que é a mesma questão.  
645.O pedido de vistas ao processo foi concedido, pois trata-  
646.-se de questão igual a anterior. O assunto foi debatido  
647.entre os Conselheiros presentes e, posteriormente, a  
648.Senhora Presidente disse que se procederia a escolha dos  
649.elementos que fariam parte desta Comissão do Conselho Uni-  
650.versitário, que se encarregará de estudar a criação des-  
651.tes novos cursos, ficando a mesma assim constituída: Con-

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

153  
Gul

652.selheiros: Adolfo Amilcar Aranalde, Jau Paulo Goulart, Neo-  
653.mir Alcantara, Ivan Soares Gervini e Elisa C. Minioni, ten  
654.do como assessoramento a Pró-Reitoria de Planejamento. A T  
655.referida Comissão tem o prazo de trinta dias para realizar  
656.o estudo. OUTROS ASSUNTOS - A seguir a Senhora Presidente'  
657.abordou o processo de nº 23110.002609/84-0 em que o reque-  
658.rente, Giovani Mendes da Silva, inconformado com a decisão  
659.da Comissão de Sindicância, recorre a este Conselho sobre'  
660.aquela decisão. A Senhora Presidente fez um amplo relato '  
661.sobre o pedido e, a seguir, colocou o mesmo em discussão.'  
662.O Conselheiro Léo Zilberknop propôs a todos os Conselhei-'  
663.ros que este recurso seja remetido a Comissão de Legisla-'  
664.ção e Normas para que estude e posteriormente exare pare-'  
665.cer a respeito, voltando a este Conselho para decisão. Co-  
666.locada em discussão a proposição do Conselheiro Léo Zilber  
667.knop, foi a mesma aprovada por unanimidade. Concedida a pã  
668.lavra ao Conselheiro Helvio Debli Casalinho este disse que  
669.gostaria de trazer a este Conselho um assunto extremamente  
670.importante, dizendo que no final do mês de abril medidas '  
671.foram tomadas que afetaram diretamente o corpo docente, '  
672.além do pessoal administrativo da Universidade, mais espe-  
673.cificamente, o auxílio saúde que era concedido pela Univer  
674.sidade. A seguir o Conselheiro se reportou ao ofício en-<sup>T</sup>  
675.viado pelo Departamento de Recursos Humanos à pessoas que  
676.estavam usufruindo deste auxílio, comunicando que a Univer  
677.sidade deixara de efetuar o pagamento da complementação do  
678.auxílio doença em cumprimento ao que determina o Decreto '  
679.nº 89253/83. Diz o Conselheiro que esta determinação pare-  
680.ce bastante grave, atingindo todo pessoal docente e admi-'  
681.nistrativo da Universidade. Acha o Conselheiro que este as  
682.sunto, dada a sua importância, deve ser discutido em ter-  
683.mos de Conselho Universitário, ou pelo menos que os Direto  
684.res de Unidade ficassem a par deste assunto, para que o T  
685.mesmo fosse bastante discutido, antes de ser tomada tal me  
686.dida. Acredita o Conselheiro que o Decreto acima citado é  
687.que estava mencionado no ofício do Departamento de Recur-'  
688.sos Humanos, ele não revoga as disposições estatutárias. '  
689.Cita o Conselheiro o artigo 109, item III do Estatuto. Ou-  
690.tro assunto que queria levantar é referente a complementa-  
691.ção da aposentadoria que, embora não nos atinja no momen-'  
692.to, futuramente poderá nos atingir. Falou ainda que com re  
693.lação a isto, nada se tem de oficial, o que temos são ape-  
694.nas informações, mas gostaria que houvesse uma manifesta-'  
695.ção oficial por parte da Reitoria, para que isto fique re-  
696.almente esclarecido. A Senhora Presidente disse que esteve  
697.na Universidade uma auditoria do Ministério da Educação e  
698.Cultura e constatou algumas irregularidades e, uma destas ir  
699.regularidades, era o pagamento do auxílio-doença. Antes T  
700.que houvesse defesa por parte da Universidade, um telex '  
701.cortou este auxílio, por isto este assunto não foi discuti  
702.do no Conselho Universitário. O Conselheiro Ivan Soares T  
703.Gervini perguntou a Mesa qual a solução que a Reitoria es-  
704.tá tomando sobre o assunto. A Senhora Presidente disse que  
705.as medidas que a Reitoria vai tomar com relação a este '  
706.assunto é a ida do Magnífico Reitor a Brasília a fim de '

HS

Wth

137  
C&L

707. discutir o assunto. A Conselheira Consuelo de Azevedo Re-  
708. quião disse aos Conselheiros presentes que a imprensa lo-  
709. cal publicou uma nota em que também os aposentados cele-  
710. tistas, poderiam ter sua complementação salarial cortada.  
711. Gostaria também de saber sobre uma possível manifestação  
712. oficial por parte da Reitoria, a respeito do assunto. A  
713. Senhora Presidente disse que a sua resposta seria pareci-  
714. da com a resposta dada ao Conselheiro Ivan Soares Gervi-  
715. ni, ou seja, está sendo estudada a ida de elementos da  
716. Reitoria à Brasília para dialogar sobre o assunto. Disse  
717. a Senhora Presidente que é lastimável que notícias de tal  
718. natureza sejam publicadas num órgão oficial. O Conselhei-  
719. ro Paulo Silveira Junior disse que o problema elucidado  
720. pelos Conselheiros, é preocupante, achando que o Conselho  
721. Universitário, como órgão máximo, deveria acompanhar em  
722. paralelo toda esta situação. Entende que a Comissão de Le-  
723. gislação e Normas poderia representar este Conselho Uni-  
724. versitário e acompanhar todo este processo junto ao Depar-  
725. tamento de Recursos Humanos, no sentido de obter informa-  
726. ções e também, quem sabe, na colaboração em termos de pro-  
727. postas ou sugestões para reivindicações e lutas junto ao  
728. Ministério da Educação e Cultura. Entende que na Comissão  
729. de Legislação e Normas, não estão bem definidas suas fun-  
730. ções, este Conselho poderia incumbir esta Comissão para o  
731. acompanhamento deste processo, que realmente é bastante  
732. preocupante. A matéria em questão foi amplamente debatida  
733. entre os Conselheiros. A Conselheira Consuelo de Azevedo  
734. Requião solicitou a palavra e referiu-se ao ofício expedi-  
735. do pelo Departamento de Recursos Humanos, dizendo que o  
736. vencimento se refere ao mês de abril do corrente ano e  
737. queria deixar o seu voto de protesto contra esta maneira  
738. de executar uma medida na Universidade, seja ela justa ou  
739. não. O Conselheiro Adolfo Amilcar Aranalde disse que quem  
740. deve se preocupar com o assunto, é a Comissão de Adminis-  
741. tração e Finanças que deve envolver a Procuradoria Jurídica  
742. e, como última instância, a Comissão de Legislação e  
743. Normas. O Conselheiro Paulo Silveira Junior retira sua  
744. proposta e é favorável que se faça uma Comissão mista,  
745. composta da Comissão de Administração e Finanças mais a  
746. Comissão de Legislação e Normas, porque se trata de maté-  
747. ria regimental, onde a Comissão de Legislação e Normas  
748. tem seu campo de atuação. O Conselheiro Ruy Brasil Barbedo  
749. Antunes disse que cada uma das Comissões trabalharia sob  
750. um ponto devista. O assunto deve ser submetido a ambas as  
751. Comissões que trabalharão independentes, uma visando o as-  
752. pecto legal da questão e a outra examinando a executabili-  
753. dade financeira do atendimento do assunto. A Senhora Pre-  
754. sidente colocou em votação a proposta apresentada, de uma  
755. Comissão mista formada pela Comissão de Administração e  
756. Finanças e mais a Comissão de Legislação e Normas, sendo  
757. a mesma aprovada por unanimidade. A Conselheira Consuelo  
758. de Azevedo Requião solicitou que esta Comissão estude o  
759. assunto em caráter de urgência, principalmente na questão  
760. do auxílio-doença. Concedida a palavra ao Conselheiro Hel-  
761. vio Debli Casalinho, este sugeriu a Comissão de Adminis-

A

W

*Handwritten mark*

762.tração e Finanças que estude a viabilidade de efetuar o -  
763.pronto pagamento a estas pessoas, que tiveram cortado o  
764.auxílio-doença, enquanto não se resolver o assunto no âmbito  
765.federal, através de recursos próprios da Universidade-  
766.de. O Conselheiro Adolfo Amilcar Aranalde disse que neste  
767.momento, para lançar mãos de recursos próprios para fazer  
768.esta complementação, haverá prejuízo de projetos já em andamento  
769.e isto será um subsídio desta Comissão de Administração e Finanças,  
770.à decisão final deste Conselho. Como na reunião da mais haviã  
771.a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos os  
772.Conselheiros e deu por encerrada a sessão às doze horas e trinta minutos.  
773.E para constar, eu, *uuu* Secretários dos Conselhos Superiores,  
774.lavei a presente Ata que após lida e aprovada será devidamente assinada.  
775.Secretaria dos Conselhos Superiores, aos vinte e um dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e quatro .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

*Handwritten signature*